

Organizações Civas na Web: desafios e potencialidades na apropriação das plataformas digitais

Graça Penha Nascimento Rossetto

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia e professora do Centro Universitário Estácio da Bahia.

E-mail: gracia_rossetto@yahoo.com.br

Rodrigo Carreiro

Doutorando na Facom-UFBA, na linha de pesquisa Comunicação e Política. É especialista em Convergência Midiática e mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA.

E-mail: rodrigocarreiro@gmail.com

Maria Paula Almada e Silva

Doutoranda em Comunicação e Culturas Contemporâneas (Facom/UFBA) e pesquisadora do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital e Governo Eletrônico (CEADD-UFBA).

E-mail: mariapaula.almada@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo avaliar os desafios e perspectivas das organizações civis perante as transformações impulsionadas pelas ferramentas oferecidas na internet. Objetiva-se demonstrar como a iniciativa se apropria das plataformas digitais para ampliar espaços de participação e cumprir seus objetivos de ação. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura, abrangendo questões relativas à sociedade civil e sua interface de atuação nas redes digitais, e um estudo exploratório com o Cidade Democrática. Essa análise compreende a avaliação de todas as ferramentas que a iniciativa utiliza: site, *blog*, Twitter, YouTube, Facebook e Catarse para que se entenda como esses instrumentos se articulam a fim de cumprir seus objetivos principais.

Palavras-chave: *Media* sociais, sociedade civil, democracia, participação *on-line*, Cidade Democrática.

Abstract: This study aims to assess the challenges and perspectives of civil organizations in face of the changes driven by the tools offered on the Internet. The goal is to demonstrate how the initiative appropriates digital platforms to broaden participation spaces and fulfill their goals of action. Therefore, we accomplished a literature review covering issues related to civil society and its performance interface in digital networks, and an exploratory study with a specific organization, the Cidade Democrática. This analysis includes the evaluation of all the tools that the initiative uses: website, *blog*, Twitter, YouTube, Facebook and Catarse in order to understand how these instruments are articulated to fulfill its main objectives.

Keywords: Social media, civil society, democracy, online participation, Cidade Democrática.

Recebido: 17/06/2014

Aprovado: 02/10/2014

1. INTRODUÇÃO

O termo sociedade civil requer à prática científica um rigor que perpassa o entendimento empírico sobre o que se fala ao evocá-lo. Se, inicialmente, foi colocado como oposto à família, foi em oposição ao Estado que se popularizou, difundido por Gramsci, Marx e uma série de outros teóricos. Hoje, esse caráter oposicionista é questionável, pois há uma intensa prática por parte de ONGs, Oscips e outras entidades organizadas que buscam atuação na esfera política e empresarial.

A mesma mudança que o conceito sofreu pelo tempo deu-se também na sua forma de materialização. De uma atuação muitas vezes dificultada por barreiras geográficas e temporais, hoje se vive uma realidade que, pela tecnologia, encolhe o espaço e aumenta o tempo; organiza os grupos dispersos e agrega causas similares que se fortalecem para ganhar reconhecimento político.

É, portanto, inegável a contribuição da internet para organização e reivindicação da esfera civil. Contribuição que se vê crescente ao considerarmos o rápido incremento do acesso à tecnologia no Brasil. De acordo com a pesquisa anual TIC Domicílios, com dados referentes a 2012, 80 milhões de brasileiros acessam a internet, seja de casa, trabalho ou outros locais; o mesmo estudo revelou que, pela primeira vez, a proporção de usuários é maior do que a de indivíduos que nunca a usaram: 55% a 45%.

Diante dessa realidade, este trabalho tem como objetivo avaliar os desafios e perspectivas das organizações civis perante as transformações impulsionadas pelas ferramentas oferecidas *on-line*, bem como suas possibilidades interativas. Para tanto, apresenta-se um estudo exploratório-descritivo com uma organização específica, o Cidade Democrática, um fórum *on-line* no qual cidadãos podem sugerir propostas e apontar problemas da sua cidade.

2. APROPRIAÇÕES DAS REDES DIGITAIS PELA SOCIEDADE CIVIL

As ações e práticas descritas pelo campo de pesquisa que trata da interface entre democracia e sociedade civil podem, de forma bastante genérica, ser oriundas do Estado, assumindo um modelo *top-down*, ou oriundas do cidadão, o chamado modelo *bottom-up*. O modelo mais participativo, correspondente a um grau elevado de democracia digital¹, prevê o *input* partindo do cidadão, a interação é considerada como constitutiva da democracia em si. Formação da opinião e ação política baseadas em fóruns, grupos ou novas comunidades virtuais enaltecem e promovem o desenvolvimento da sociedade civil; qualidade e densidade do debate público em vez da navegação solitária.

Mas de que sociedade civil estamos falando? É preciso considerar, como nos lembra Maia², que a sociedade civil é heterogênea e as associações cívicas podem tanto fazer avançar quanto obstruir a democracia. Aqui se compreende então que o termo deve ser entendido como uma esfera de atividade associativa pública, à parte do Estado e do mercado; que tem sua própria estrutura de

1. Ver os graus de democracia digital em GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: *Fronteiras – estudos midiáticos*, v.8, n.3, p.214-222, set-dez 2005.

2. MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos*, ano 14, n. 27, 2007, p. 43-62.

organização interna, sua forma de angariar e administrar recursos, além de seus propósitos e da abrangência da sua influência. Num caminho semelhante, Mendonça³ chama atenção para dois aspectos da sociedade civil para o qual não se tem atentado muito nas discussões mais recentes: “a fluidez de suas fronteiras e as dimensões anticívicas a atravessá-las”⁴, situação particularmente pertinente ao presente estudo, como poderá ser discutido mais à frente.

Chegando ao contexto da internet, o debate sobre o que ela tem a oferecer à esfera cívica é similar ao discurso sobre as potencialidades democráticas do meio. Parte-se de um início altamente entusiasmado e chega-se a uma visão pessimista, com críticos demonstrando que os seus potenciais poderiam igualmente servir para objetivos antidemocráticos.

O exame ponderado dessas visões leva ao reconhecimento de que a internet não promove automaticamente a participação política nem sustenta a democracia. O que é essencial é observar as motivações dos sujeitos e seu contexto⁵. Assim, o mais importante aqui é explorar diferentes padrões de interação possibilitados por diferentes plataformas utilizadas por uma única iniciativa. Parte-se da ideia de que os usos e apropriações das ferramentas oferecidas pela internet podem acompanhar o fluxo de atuação concernente aos objetivos de uma determinada entidade cívica, integrando-se a outras atividades políticas já realizadas. Para fins de sistematização, identificam-se as possibilidades de atuação política e uso da rede em três aspectos principais⁶, que englobam outros pontos correlatos, a saber: internet como ferramenta de comunicação e articulação em rede, e-participação e e-ativismo. Estes argumentos são apontados e debatidos pela bibliografia já apresentada e, mesmo que não apareçam exatamente com estas nomenclaturas, exprimem sistematicamente as mesmas ideias.

A fim de ilustrar e demonstrar exemplos em que esses aspectos são realizados na prática, o presente artigo traz uma avaliação do Cidade Democrática, uma ferramenta colaborativa, que disponibiliza instrumentos de ação por meio dos quais cidadãos, gestores públicos, entidades e o poder público podem apontar e divulgar problemas acerca de assuntos públicos, fazer comentários, criar e sugerir propostas aos problemas postos, e ainda debater temas públicos e questões sugeridas por outros cidadãos e entidades.

O artigo apresenta a seguir as três formas gerais de apropriação das redes digitais pela sociedade civil discutidas a partir da bibliografia apresentada e ilustrada com os exemplos do Cidade Democrática. Esses exemplos pretendem mostrar na prática como os aspectos citados anteriormente podem se projetar no próprio site da entidade e em ferramentas como Twitter, Facebook, *blog* e Catarse. O objetivo de enquadrar as plataformas às categorias é identificar os usos que o Cidade Democrática faz destas plataformas para demonstrar como a iniciativa se apropria das plataformas digitais para ampliar espaços de participação e cumprir seus objetivos de ação.

3. MENDONÇA, R. F. Comunicação e Sociedade Civil: Interfaces e Agendas. In: *Revista Compólitica*, n. 1, ed. março-abril, ano 2011. Cidade: Compólitica, 2011, p. 8.

4. Idem (Mendonça, 2011).

5. Idem (Maia, 2011).

6. ZHENG, Y.; WU, G. Information Technology, public space and collective action in China. In: *Comparative Political Studies*. v. 38, n. 5, jun. 2005.

2.1 Internet como ferramenta de comunicação e articulação em rede

Parte da interface teórica entre política e internet, desde a década de 1990, versa sobre a capacidade emancipatória das redes digitais em várias direções. Tal possibilidade passa pela diversificação da base de membros e cidadãos dispostos a se inserir no contexto das organizações⁷, que notoriamente se reestruturaram para sustentar novos anseios políticos. Esse é um potencial comunicativo que se estende por uma quantidade variada de atividades e que requer capacidade de gerenciamento de informação – o que, por consequência, lança o desafio de como se articular em rede e agregar mais pessoas para sua organização e motivá-las a se envolver nas suas ações⁸.

O que ajuda na superação deste desafio é a formação de redes de ação baseadas em estruturas flexíveis, isto é, “redes que se formam através de amplas coalizões com vínculos horizontais e conexões entre elementos autônomos diversos”⁹. Nesse sentido, pode-se conceber movimentos sociais pré-internet que se adéquam ao novo cenário midiático e investem na reestruturação administrativa de suas organizações, bem como nas formas de expressão e recrutamento. Ou ainda em entidades sociais que surgiram a partir da internet e usam, por exemplo, estratégias articulatórias de ação coletiva centrada no indivíduo¹⁰.

Figura 1: Twitter do Cidade Democrática



A conta no Twitter do Cidade Democrática possui atualmente (04/12/2014) 9.483 seguidores, segue 2.598 usuários e contabiliza mais de seis mil *tweets*. Sua utilização é bastante frequente, com pelo menos um *tweet* sendo postado diariamente. A respeito do conteúdo das mensagens, observa-se uma predominância de *tweets* puramente informativos, como pode ser observado na Figura 1. O uso da plataforma é voltado quase que exclusivamente para disseminação de informação a respeito da própria iniciativa, de informações relacionadas a questões sobre as cidades e entidades semelhantes.

7. WARD, S.; GIBSON, R. European political organizations and the internet: mobilization, participation, and change. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. (org). *Routledge Handbook of Internet Politics*. Taylor & Francis e-Library, 2009.

8. CHADWICK, A. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. In: COLEMAN, S.; SHANE, P. (ORGs). *Connecting Democracy: Online Consultation and the Flow of Political Communication*, MIT Press, 2012.

9. MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos*, ano 14, n. 27, p. 9, 2007.

10. BIMBER, B.; FLANAGIN, A. J.; STOHL, C. *Collective Action and Organizations: interaction and engagement in an era of technological change*. Cambridge University Press, 2012

Uso parecido é verificado no *blog* da organização (Figura 2). Nas últimas postagens observa-se a informação como característica marcante, entretanto uma informação diferenciada, voltada para informar os usuários principalmente sobre eventos relacionados às questões das cidades que estão ocorrendo ou serão realizados, todos relacionados aos pontos de ação do Cidade Democrática e entidades afins. Nesse caso a informação parece de fato ser para outras formas de ação política, sobretudo *off-line*, para sustentação de campanhas permanentes e formação de rede de entidades que tratam de assuntos parecidos.

Figura 2: *Blog* do Cidade Democrática



Uma consequência disso é diversificação de pautas de reivindicação, apontada por Bimber, Flanagan e Stohl¹¹ como típica desses tempos. Se a comunicação entre os cidadãos e as entidades civis é feita de forma menos centralizada e apostando em estratégias virais, o controle do portfólio de assuntos de interesse se dilui.

Por outro lado, muitos desses movimentos sociais surgidos na era da internet podem estar expressos também em ações específicas, que funcionam como mediadores de demandas focadas em questões locais¹², como é o caso do Cidade Democrática.

A página do Facebook do Cidade Democrática, fundada em 2009, tem atualmente (01/08/2013) 11.140 curtidas. Nesta plataforma, a iniciativa é descrita como uma organização sem fins lucrativos, uma “plataforma de inovação aberta para temas públicos que investe na cooperação entre agentes de transformação”.

11. BIMBER, B.; FLANAGIN, A. J.; STOHL, C. *Collective Action and Organizations: interaction and engagement in an era of technological change*. Cambridge University Press, 2012.

12. MACHADO, J. A. *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul./dez. 2007, p. 248-285. 2007.

A navegação pela página do Facebook do Cidade Democrática mostra que as postagens têm como principais objetivos (1) informar o cidadão sobre questões que concernem às suas comunidades e (2) fazer campanha para que o cidadão participe, de algum modo, de iniciativas, como as que discutem questões de cidades participantes do Cidade Democrática. Essas são as duas atuações mais fortes. No entanto, observou-se também a utilização do Facebook para mobilizar os cidadãos a participarem mais ativamente da política.

A utilização do Facebook para apoiar campanhas tanto do Cidade Democrática quanto de outros movimentos, mediar demandas dos cidadãos e, sobretudo, a predominância do uso da informação como base para outras formas de ação política na internet indicam que esta plataforma se enquadra melhor na categoria *articulação em rede/comunicação*.

2.2 E-participação

No processo de consolidação de espaços participativos nos espaços políticos do Brasil – como os conselhos municipais, estaduais e federais em várias instâncias e o fortalecimento das audiências públicas, dentre outros –, durante a década de 1990, a internet passou a ser mais um instrumento a contribuir para o crescimento do interesse pela sociedade civil e, conseqüentemente, pelas formas como organizações poderiam utilizar as ferramentas digitais para promover mais espaços de participação. Essa concepção, lembra Maia¹³, voltou sua atenção para o aspecto da rapidez e do barateamento de custo para ligação entre pessoas em escala local, nacional e internacional. Porém, o principal ganho está na reformulação de práticas institucionais com o intuito de reaproximar as esferas civil e política decisória.

Por esse viés, além da possibilidade de articulação horizontal de demandas e cidadãos, a internet tem a capacidade de atuar verticalmente, alternando em alguns casos o vetor político para a direção *bottom-up*¹⁴. Na linha evolutiva da internet, isso ocorreu primeiramente nas listas de e-mail e fóruns discursivos e, posteriormente, com novas ferramentas que têm como valor intrínseco a conexão entre pessoas em torno de questões em comum.

No cardápio de possibilidades instrumentais estão sites e iniciativas que tentam transformar meios em oportunidades de participação política¹⁵ (GOMES, 2005). É o caso do Urbanias e do Porto Alegre CC, que aliam georreferenciamento e apontamento de problemas locais; do Colab, que ainda funciona como uma espécie de rede social e é acessível via dispositivos móveis; do Cidade Democrática, que congrega fóruns de discussão voltados à resolução de problemas locais, dentre outros. Mais recentemente, os sites de rede social têm tomado a frente das práticas mais comuns entre os usuários de internet e também podem abrir canais de participação, já que as demandas ali discutidas e apontadas são espontâneas¹⁶ (SAEBO et al., 2009).

13. MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos*, ano 14, n. 27, p. 9, 2007.

14. WARD, S.; GIBSON, R. European political organizations and the internet: mobilization, participation, and change. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. (org). *Routledge Handbook of Internet Politics*. Taylor & Francis e-Library, 2009.

15. GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: *Fronteiras – estudos midiáticos*, n.3, v.8, p.214-222, set-dez 2005.

16. SAEBO, O.; ROSE, J.; NYVANG, T. The Role of Social Networking Services in eParticipation. In: *Anais do E-Part 2009*, Lincs 5694. 2009.

Atualmente, o site do Cidade Democrática tem 16483 usuários cadastrados (04/12/2014), distribuídos do seguinte modo: Cidadãos (16.047), Conferências (19), Empresas (21), Gestores públicos (191), Igrejas (1), Movimentos (24), ONGs (58), Organizações (81), Parlamentares (47), Poderes públicos (6). Todos esses atores interagem nos mais diversos tópicos de discussão do site.

Figura 3: Site do Cidade Democrática

A infraestrutura de participação oferecida aos usuários, com capacidade de reverberação das demandas postas ali, bem como a capacidade de se criar projetos que reaproximam as esferas civil e política, fazendo com que elas troquem ideias e argumentos e, o fato de a plataforma atingir tanto a classe política quanto cidadãos e entidades, fazem com que o site se encaixe na categoria de *e-participação*.

Esses exemplos, além de serem condizentes com as atuais práticas sociais na internet, são também uma forma de diversificar o modo de participação, pois, embora criados e mantidos por organizações da sociedade civil organizada, abrem possibilidade de participação pelo cidadão desvinculado de qualquer tipo de instituição.

2.3 E-ativismo

O ativismo se refere a ações em grupo, que se aglomeram em torno de um tema em comum para advogar em determinada causa de impacto social e/ou político¹⁷. No caso da internet, o ativismo encontra tanto possibilidades de reorganização de práticas do ponto de vista de articulação em rede (como visto

17. HARLOW, S. Social media and social movements: Facebook and an online Guatemalan justice movement that moved offline. In: *New Media & Society*, 1–19. 2011.

no tópico 2.1), quanto de criação de novas formas de envolvimento político. No geral, o ativismo digital se beneficia da rede basicamente em três caminhos¹⁸: convocação *on-line* para ações *off-line*, convocação para ações *on-line* que também podem ser realizadas *off-line*, e convocação para realizações de atividades que só são possíveis *on-line* (como práticas de *hacktivismo*, por exemplo).

O e-ativismo é também constantemente associado ao termo inteligência coletiva, que agrega toda a sorte de elementos de compartilhamento de ideias, articulação entre pessoas em torno de um tema em comum e discussão pública, a fim de produzir conteúdo e informação para atingir algum objetivo político¹⁹. Essa já é a realidade de grupos que se formam à margem do poder político e da cobertura midiática tradicional. É uma ação que visa, acima de qualquer contestação por distribuição de recompensas ou por melhorias sociais genéricas, a cooperação em grupo para atingir um bem comum.

No plano financeiro, o notável barateamento das ações de ativismo fez com que surgissem novos movimentos e outros tantos se consolidassem. No entanto, Merry²⁰ afirma que a distorção financeira persiste e se reflete no alcance das causas defendidas e na sua efetividade final. Por meio de um estudo com sites de entidades de advocacia ambiental, a autora verifica que por mais que os custos baixos tenham equilibrado a balança para novas organizações, aquela que tem mais recursos financeiros tende a se sobressair. Há de se verificar se essa lógica se repete em outros contextos sociais ou até mesmo se a situação se repete se olharmos com mais clareza para novas ferramentas de ação e arrecadação de doação.

No início de 2013, o Cidade Democrática utilizou uma dessas ferramentas, o Catarse, que possibilita o financiamento de projetos criativos. Tais projetos são financiados por cidadãos que se interessarem em apoiar determinada causa. O Cidade Democrática, por sua vez, utiliza esta plataforma para conseguir apoiadores ao projeto “A Pompeia que se quer”. Trata-se, mais especificamente, de uma maneira de os moradores do bairro da Pompeia (SP) sugerirem ideias e propostas que possam solucionar o atual problema do bairro, que sofre com o crescimento desordenado.

Figura 4: Projeto proposto pelo Cidade Democrática no Catarse



18. Idem, 2011.

19. CHADWICK, A. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. In: COLEMAN, S.; SHANE, P. (ORGs). *Connecting Democracy: Online Consultation and the Flow of Political Communication*, MIT Press. 2012.

20. MERRY, M. K. Interest Group Activism on the Web: The Case of Environmental Organizations. In: *Journal of Information Technology & Politics*, 8:110–128, 2011.

O projeto conta (04/12/2014) com 201 apoiadores e já arrecadou mais de trinta mil reais, valor suficiente para o financiamento total. Qualquer cidadão interessado pela causa poderá expor quais seus temas de interesse, participar das oficinas e se mobilizar. Essas propostas, organizadas por temas e territórios, constituirão o Plano de Bairro da Pompeia, a ser entregue ao prefeito e aos vereadores de São Paulo para apoiá-los na revisão do Plano Diretor da Cidade.

Por haver ferramentas de participação *on-line* e *off-line*, ação coletiva, a possibilidade dos interessados contribuir financeiramente, discutirem os pontos e as ações para o plano do bairro em diversas reuniões presenciais (possibilidades de difusão de ideias), entende-se que esta é uma plataforma de e-ativismo. Atualmente, o projeto está em sua fase final de execução, tendo passado, ao longo dos primeiros sete meses de 2013, por etapas que levantaram ideias para solução de problemas, discussão de ideias, apresentação de soluções e projetos. A próxima fase é a construção de documentos colaborativos que ajudem na elaboração de um plano diretor e um plano de metas para o bairro.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo principal explorar e compreender os mais diversos padrões de interação possibilitados pelas diferentes plataformas utilizadas por uma iniciativa da sociedade civil. Para entender os usos e apropriações que a iniciativa eleita faz das diversas plataformas *on-line*, bem como suas possibilidades de atuação política, identificamos três aspectos principais para o uso da rede. O objetivo de enquadrar as plataformas (Twitter, Facebook, *blog* e Catarse) às categorias foi identificar os usos que o Cidade Democrática faz dessas ferramentas para demonstrar como a iniciativa se apropria dessas plataformas digitais para ampliar espaços de participação e cumprir seus objetivos de ação.

Dentre as três formas gerais de apropriação das redes digitais pela sociedade civil ilustradas com o Cidade Democrática, notou-se que a maioria das plataformas é usada para a articulação em rede, ou seja, como uma ferramenta de comunicação, com a função básica de informar os cidadãos sobre problemas locais. São usados com esta finalidade o Twitter, o Facebook e o *blog* da iniciativa.

A iniciativa apropria-se da maior parte das ferramentas que lhes são oferecidas na internet para utilizar-se de estratégias articulatórias de ação coletiva centradas no indivíduo²¹. Estratégias essas desenvolvidas com base na ideia do bem comum e de projetos políticos e sociais construídos com a participação da comunidade.

A única plataforma categorizada como e-participação foi o site, por funcionar como uma espécie de fórum capaz de conectar pessoas em torno de questões em comum e, assim, permitir uma reaproximação entre as esferas civil e política decisória. O desenho e a proposta do site permitem que tanto os cidadãos mais engajados quanto aqueles menos propensos a participar opinem e colaborem sem depreender de muito esforço. Isso significa a ampliação de canais de participação dos cidadãos e, em uma perspectiva mais ampla, a transformação do meio (internet) em oportunidade de participação política.

21. BIMBER, B.; FLANAGIN, A. J.; STOHL, C. *Collective Action and Organizations: interaction and engagement in an era of technological change*. Cambridge University Press, 2012.

Apenas o Catarse foi classificado como e-ativismo por se caracterizar como uma ação em grupo, calcada em torno de um tema em comum para advogar em uma causa determinada, onde pontos de vista se articulam em rede e resultam no envolvimento político de um grupo de cidadãos. Esta ferramenta mostrou ser um meio eficaz e facilitador da consolidação de projetos ativistas mais diretos.

Conclui-se que os exemplos aqui descritos através do estudo exploratório não apenas caracterizam as atuais práticas sociais na internet, como consistem em formas distintas de diversificação do modo de participação do cidadão, por permitirem a participação daqueles cidadãos desvinculados de qualquer tipo de filiação ou instituição.

Por fim, após o enquadramento das plataformas às categorias, entendemos que os usos e apropriações das ferramentas oferecidas pela internet não apenas acompanham o fluxo de atuação concernente aos objetivos da entidade civil Cidade Democrática (e-participação) como vai além dessa perspectiva, através de ações de e-ativismo e da articulação em rede e disseminação de informações.

REFERÊNCIAS

BIMBER, B.; STHOL, C.; FLANAGIN, A. J. Technological change and the shifting nature of political organization. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. N. (ORG). **Routledge Handbook of Internet Politics**. Taylor & Francis e-Library, 2009.

BIMBER, B.; FLANAGIN, A. J.; STOHL, C. **Collective Action and Organizations: interaction and engagement in an era of technological change**. Cambridge University Press, 2012.

CHADWICK, A. **Internet politics: States, citizens, and new communication technologies**. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2006.

CHADWICK, A. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. In: COLEMAN, S.; SHANE, P. (ORGs). **Connecting Democracy: Online Consultation and the Flow of Political Communication**, MIT Press, 2012.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: **Fronteiras – estudos midiáticos**, v.8, n.3, p.214-222, set-dez 2005.

HARLOW, S. Social media and social movements: Facebook and an online Guatemalan justice movement that moved offline. In: **New Media & Society**, 1-19, 2011.

MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul./dez. 2007, p. 248-285, 2007.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **Logos**, ano 14, n. 27, p. 43-62, 2007.

MAIA, R. C. M. Sob a perspectiva da esfera civil: participação política e internet. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. **Participação política e internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MENDONÇA, R. F. Comunicação e Sociedade Civil: Interfaces e Agendas. In: **Revista Compólitica**, n. 1, ed. março-abril, ano 2011. Cidade: Compólitica, 2011.

MERRY, M. K. Interest Group Activism on the Web: The Case of Environmental Organizations. In: **Journal of Information Technology & Politics**, 8: 110–128, 2011.

SAEBO, O.; ROSE, J.; NYVANG, T. The Role of Social Networking Services in eParticipation. In: **Anais do E-Part 2009**, Lincs 5694. 2009.

WARD, S.; GIBSON, R. European political organizations and the internet: mobilization, participation, and change. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. (org). **Routledge Handbook of Internet Politics**. Taylor & Francis e-Library, 2009.

ZHENG, Y.; WU, G. Information Technology, public espace and collective action in China. In: **Comparative Political Studies**. v. 38 n. 5, June 2005.